

Segurança alimentar: uma crise anunciada?

Rita Pais ■ IEEI

A fome está de novo no topo da agenda internacional, pretexto suficiente para reuniões multilaterais de alto nível, para que medidas de emergência sejam tomadas por vários países, para que seja acrescentado mais um item às preocupações globais que carecem de respostas concertadas entre os grandes actores da cena mundial.

Desde Julho de 2007 que a Food and Agriculture Organization (FAO) tem vindo a lançar alertas para o perigo de os mais pobres deixarem de ter acesso aos produtos alimentares básicos na sequência dos aumentos dos combustíveis fósseis, de quebras na produção em alguns países e do decréscimo do poder de compra (e de investimento) dos pequenos agricultores.

O índice de preços da comida produzido pela FAO é elucidativo dos aumentos exponenciais dos produtos alimentares: em 2006 o índice aumentou em média 8%, relativamente a 2005; em 2007 aumentou 24% relativamente a 2006; e no primeiro trimestre de 2008 aumentou 53%, relativamente ao mesmo período de 2007. O aumento do índice foi motivado sobretudo pela subida do preço dos óleos vegetais (cerca de 97% no mesmo período), dos cereais (87%), dos derivados do leite (58%) e do arroz (46%).

O aumento dos preços fez disparar o custo das importações totais de bens alimentares. Para os países de baixo rendimento e deficitários em alimentos, os custos com a importação de cereais serão muito elevados: a FAO calcula que no biénio 2007/08 se registre um aumento de cerca de 57% dos custos com importação de cereais, quando no período anterior (2006/07) já havia sido registado um aumento de 37%. Em alguns países, a inflação dos produtos agrícolas é superior à inflação total agregada.

Embora haja diferentes interpretações sobre qual o peso relativo de cada um deles, os factores que despoletaram a crise são relativamente consensuais. Podem ser identificados factores estruturais e factores conjunturais; alterações na oferta e alterações na procura.

Ao nível da oferta, dois factores estruturais têm contribuído para inflacionar os preços dos bens alimentares, por um lado, e para reduzir a sua disponibilidade nos mercados dos Países em Desenvolvimento (PED), por outro:

– os **níveis de stocks**, segundo um relatório da FAO, têm vindo a decrescer a uma média de 3,4% ao ano desde 1995, ano em que, em resultado de alta de preços agrícolas, foram introduzidas alterações às políticas de aprovisionamento; a diminuição da dimensão dos *stocks* aumentou a rigidez dos mercados e a volatilidade dos preços e introduziu um efeito de ampliação dos choques; até ao final da época agrícola de 2008, os *stocks* ter-se-ão reduzido cerca de 5%, atingindo o nível mais baixo dos últimos 25 anos.

– **decréscimo do investimento e da ajuda ao sector agrícola nos PED.**

Ainda no que diz respeito à oferta, factores conjunturais, que têm vindo a agravar-se desde 2007, contribuíram para criar um quadro económico e político que favoreceu o aumento dos preços dos produtos agrícolas:

– **quebras de produção causadas por más condições climáticas** são evidentes no caso dos principais países produtores de cereais, que registaram quebras, contabilizadas pela FAO, na ordem dos 4% em 2005 e dos 7% em 2006; ainda assim, relatórios da FAO e do Banco Mundial demonstram que as colheitas em países não afectados atingiram novos máximos, compensando assim as quebras registadas.

– **o aumento do preço dos combustíveis fósseis**, além do impacto directo nos custos de produção, afectou os preços de alguns insumos agrícolas, como sementes e, sobretudo, fertilizantes. Todavia, o Banco Mundial calcula que os custos directos do aumento do petróleo não terão um peso relativo maior que 15% no aumento global dos preços de bens agrícolas.

– **especulação financeira:** a abundância de liquidez nos mercados financeiros das economias emergentes, a par da crise no mercado imobiliário nos Estados Unidos, levaram à retirada de milhares de dólares de aplicações financeiras e ao investimento em bens alimentares e matérias-primas (investimentos mais seguros perante a nova onda de interesse nas matérias-primas, motivada pelo rápido crescimento das economias chinesa e indiana); esta situação provocou alguma sobrevalorização dos bens agrícolas.

– **políticas de incentivo à produção e consumo de biocombustíveis:** as crescentes preocupações ambientais com as alterações climáticas e o aumento dos preços do petróleo motivaram a introdução destas políticas; nos EUA, particularmente, a produção de etanol a partir de milho aumentou significativamente – a FAO calcula que cerca de 30% da produção de milho dos EUA (equivalente a 12% da produção mundial) seja aplicada na produção de biocombustíveis.

Do lado da procura, é também a conjuntura actual que mais tem aumentado a pressão sobre a produção agrícola disponível:

– **alterações nos padrões das dietas:** o crescimento económico rápido de algumas economias asiáticas tem proporcionado o aumento dos rendimentos médios *per capita* e, conseqüentemente, o aumento do poder de compra das classes médias. O maior acesso aos mercados tem contribuído para um aumento do consumo de carne e de derivados do leite. O aumento da produção

de gado, de forma a dar resposta a esta procura, tem pressionado o mercado dos cereais utilizados nas rações animais. O aumento dos preços do milho motivou uma procura de outros cereais (*coarse grains*), como o sorgo, para a produção das rações, o que resultou num aumento também do preço desses cereais.

– **a depreciação do dólar norte-americano** motivou um aumento das importações nos países/regiões cujas moedas se viram fortalecidas, acrescentando assim um factor de pressão sobre a oferta.

Os factores conjunturais parecem ser os principais determinantes da crise, introduzindo desequilíbrios ainda mais profundos no circuito produção/comercialização/consumo.

A produção em 2007 não foi assim tão baixa que não possa dar resposta a necessidades alimentares mínimas, mas atingiu níveis que quebraram a linha de confiança dos mercados, reduzindo muito além do esperado os *stocks* disponíveis. O resultado desta baixa de produtos disponíveis foi um aumento exponencial dos preços da comida, tornando-a inacessível a grande parte das populações dos PED.

O acesso aos bens alimentares é uma das quatro dimensões fundamentais do conceito de segurança alimentar definido pela FAO. Além da necessidade de haver uma quantidade suficiente de alimentos disponíveis (*disponibilidade*) e adequados a uma dieta saudável (*utilização*) por períodos de tempo longos e sem interrupções nos canais de distribuição (*estabilidade*), é absolutamente fundamental que as populações possam aceder a esses alimentos (*acesso*).

E de facto o problema parece residir na dimensão do acesso à comida e não na da disponibilidade dos alimentos – pelo menos, por agora. Dos vários factores que impulsionaram o aumento dos preços dos produtos alimentares, podem ser identificadas três grandes dimensões do problema da segurança alimentar (que representam, simultaneamente, grandes problemas globais): o investimento na agricultura dos países em desenvolvimento (o que acarreta questões ligadas ao desenvolvimento e à ajuda internacional); o impacto das alterações climáticas sobre a disponibilidade de recursos; a bioenergia como alternativa aos combustíveis fósseis e resposta aos problemas de segurança ambiental e energética.

Investimento

Um dos factores estruturais subjacentes à actual crise, e que tem sido amplamente discutido nos círculos multilaterais, tem sido a fraca capacidade produtiva do sector agrícola da maioria dos Países em Desenvolvimento. Muitos países registam níveis de *output* da actividade insuficientes para alimentar os mercados nacionais ou carecem de infra-estruturas que permitam o seu acesso aos mercados regionais e nacionais. O acesso aos mercados internacionais é seriamente comprometido, não só pela fraca competitividade dos preços dos produtos, mas também pelas distorções do mercado que têm estado em discussão na Ronda de Doha.

A fragilidade da agricultura dos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento não constitui novidade, mas tendo em conta que o sector é ainda, em muitos países, a principal actividade económica, é preocupante notar que os níveis de investimento dos próprios governos, por um lado, e da ajuda internacional, por outro, no sector agrícola e de desenvolvimento rural têm vindo a decrescer significativamente.

Durante as décadas de 70 e 80 a ajuda bilateral e multilateral à agricultura nos PED cresceu, favorecendo uma «revolução verde» e uma redução importante da fome. Mas a partir do final dos anos oitenta, perante o recuo da ajuda, o investimento dos próprios governos na agricultura decresceu. Provavelmente motivados pela redução do número de pessoas com fome e acreditando que o problema da segurança alimentar poderia estar resolvido, ou por políticas impostas pelas instituições de Bretton Woods que favoreciam o envolvimento dos privados, os governos de muitos países reduziram significativamente a quantidade de recursos financeiros afectos ao sector agrícola. A acrescentar a estes factores, as décadas de 80 e 90 do século XX foram marcadas por produções excedentárias nos países desenvolvidos, escoadas depois nos mercados dos PED a preços muito reduzidos (*dumping*), o que minou a competitividade dos produtos cultivados localmente e diminuiu drasticamente o retorno dos investimentos dos agricultores.

A incapacidade dos agricultores de suportarem, sem apoios estatais, os custos inerentes à introdução de novas técnicas e

insumos (sementes melhoradas, fertilizantes, irrigação) que garantissem níveis elevados de produtividade, resultou na estagnação do sector (do ponto de vista da melhoria das condições de produção) e em quebras de produtividade importantes.

O volume da ajuda decresceu, em termos reais, muito significativamente na década de 90. Um relatório de 2004 produzido para o UK Department for International Development (DFID) indica que o volume global da ajuda afecta ao desenvolvimento agrícola caiu de 6.2 mil milhões de dólares para 2.3 mil milhões de dólares entre 1980 e 2002. No entanto, no mesmo período, o volume total da APD (incluindo todos os doadores) aumentou 65% (de 37.1 mil milhões de dólares em 1980 para 61.4 mil milhões de dólares em 2002).

Além de ter diminuído significativamente em termos reais, a ajuda ao desenvolvimento agrícola sofreu uma queda ainda maior em termos relativos, de 17% da APD total em 1982 (quando atingiu o seu máximo) para 3,7% em 2002.

A principal quebra do volume deu-se nos fluxos de ajuda multilateral, que registou um decréscimo de quase 85% (de 3.4 mil milhões de dólares para 0.5 mil milhões de dólares em 2002). Nas transferências bilaterais registou-se um decréscimo de 39% (de 2.8 mil milhões para 1.7 mil milhões de dólares). A diminuição da ajuda multilateral é um factor ilustrativo de que se seguiu uma tendência específica na política da ajuda internacional, direccionada para as infra-estruturas sociais e serviços – os próprios Objectivos de Desenvolvimento do Milénio o demonstram – dando prioridade à saúde e à educação em prejuízo do desenvolvimento do sector agrícola.

Mas, na verdade, estudos realizados pelo Banco Mundial e outras instituições multilaterais têm revelado que o crescimento económico de um país tem impactos mais positivos na redução da fome quando ocorre nas zonas rurais. Um estudo da FAO concluiu que é necessário mais tempo para que o crescimento económico contribua efectivamente para a redução da fome, que para que a melhoria na alimentação das populações estimule o desenvolvimento económico.

Um estudo do Banco Mundial comprovou-o no caso da Índia e, na comparação de diferentes estudos de caso, há evidência de

que o investimento no sector agrícola pode actuar como factor diferenciador dos efeitos reais produzidos pelo crescimento económico num dado país. O World Development Report de 2008 – Agriculture for Development – sugere que o PIB originado no sector agrícola é cerca de 4 vezes mais eficaz no aumento dos rendimentos dos pobres que o PIB originado em qualquer outro sector da actividade económica.

Também por esta razão, o Institute for Food and Agriculture Development (IFAD), da FAO, tem vindo a defender que o investimento na agricultura e mitigação dos impactos da crise pode passar pelos pequenos agricultores: cerca de 2 mil milhões de pessoas (1/3 da população mundial) dependem de pequenas explorações agrícolas. Mais vulneráveis aos factores de constrangimento da crise, podem ser também aqueles que maior partido podem tirar das oportunidades criadas.

Alterações climáticas

As quebras de produção não são um factor preponderante na actual crise alimentar, uma vez que foram compensadas por colheitas maiores, noutras zonas do mundo. Mas a verdade é que as fracas colheitas resultaram directamente de fenómenos climáticos extremos, que se antecipa que venham a multiplicar-se num futuro próximo. Ainda que, neste caso, não tenham posto em causa o volume da produção mundial, contribuíram definitivamente para uma alteração na estrutura da produção, e isso é um indicador de que no futuro as alterações climáticas terão crescentes implicações sobre o output da agricultura mundial.

Hoje, os principais recursos (terra arável e água, sobretudo) atingem os seus limites, em algumas regiões do mundo. Segundo dados da FAO, a América do Sul e a África Subsaariana são as regiões em que as percentagens de utilização do solo arável e de água disponível para irrigação de culturas agrícolas estão abaixo dos 10% e, portanto, são também as zonas com maior potencial para expansão da agricultura.

A FAO calcula que o crescimento populacional, mas sobretudo o crescimento socio-económico dos países em

desenvolvimento, deverão dobrar a procura de bens alimentares até 2050. O que torna necessário aumentar em 40% a produção de cereais, e em 100 a 200 milhões de hectares a terra cultivada.

O aquecimento global do próximo século deverá resultar numa redução da produtividade das áreas de cultivo nas regiões tropicais. Além disso, fenómenos climáticos extremos (secas, inundações, ondas de calor) podem rapidamente comprometer colheitas inteiras, mas potenciarão também o risco de incêndios, de propagação de pestes e de doenças.

Os crescentes problemas ambientais, associados à pressão da actividade humana, colocarão o frágil equilíbrio dos sistemas agro-climáticos em risco e, como salienta o paper informativo produzido pela FAO para a Conferência de Alto Nível, em Junho de 2008, as consequências destas alterações climáticas serão agravadas por uma grave inexistência de conhecimento, de infra-estruturas e de recursos necessários para lhes fazer frente.

Tendo em conta estes factores, os PED serão os mais afectados pelas alterações climáticas e, portanto, as diferenças entre países ricos e menos desenvolvidos poderão acentuar-se, em vez de se esbater.

Promover a segurança alimentar a nível mundial é uma prioridade assumida, agora claramente, pelas Nações Unidas. Recuperar o investimento no sector agrícola, como reclamaram países pobres e instituições multilaterais, é uma das vias, se não a mais importante, a seguir. Mas alinhar esta estratégia com a necessidade de reduzir os impactos da actividade humana sobre o ambiente e assim evitar consequências ambientais mais graves pode revelar-se uma tarefa difícil.

A agricultura é uma das actividades económicas que mais provoca a degradação dos recursos agro-ambientais. Segundo dados da FAO, o sector é responsável por parte importante das emissões de gases com efeitos de estufa – 13 a 15 mil milhões de toneladas de CO₂ anuais, 25% do dióxido de carbono total anual produzido pelo homem, 50% do metano e 75% do óxido nítrico –, pela degradação do solo e das zonas de floresta e pelo consumo excessivo de água potável.

O problema chave é, assim, a diminuição do impacto ambiental da agricultura, por um lado, e a melhoria da adaptação dos sistemas produtivos às alterações climáticas, por outro, sem deixar de garantir a segurança alimentar, sobretudo das populações dos PED, que virão a ser as mais afectadas.

No cenário actual, contudo, em que as economias emergentes da China e Índia estão a aumentar o número de consumidores de carne e de outros alimentos processados, que consomem mais energia, mais água e que produzem mais desperdício, não será fácil empreender este tipo de estratégias.

Bioenergia

As preocupações com as alterações climáticas (e certamente, se não mesmo mais, com a segurança energética) motivaram, por seu turno, um investimento cada vez maior em fontes de energia alternativa. Os biocombustíveis apresentaram-se como uma solução limpa para o sector dos transportes.

Segundo o *Agricultural Outlook 2008-2017*, a produção de etanol triplicou entre 2000 e 2007, sendo o Brasil e os EUA os principais produtores. Em 2007 23% da produção de cereais nos EUA, 54% da produção de cana de açúcar no Brasil e 47% dos óleos vegetais produzidos na UE foram afectos à produção de biocombustíveis. Mas, excepto no caso do Brasil, a percentagem do sector dos transportes abastecida por etanol e biodiesel é relativamente baixa.

A produção de biocombustíveis líquidos a partir da cana de açúcar, de milho e de óleos vegetais levantou inquietações entre a comunidade internacional, que tem vindo a acusar o etanol e o biodiesel de terem sido os principais responsáveis pela inflação dos preços da comida.

O problema coloca-se em duas dimensões: por um lado o cultivo de milho, cana de açúcar, colza (*rapeseed*) ou outros para a produção de biocombustíveis líquidos aumenta a competição pelos recursos disponíveis. Estas culturas são normalmente exigentes em termos de extensão de terra e de recursos hídricos. Por outro lado, desviar parte da produção do consumo alimentar para a produção de etanol ou biodiesel coloca uma pressão considerável sobre a quantidade de comida disponível para consumo humano, o que

contribui, tal como aconteceu no último ano, para a inflação dos preços dos produtos agrícolas.

Além do impacto que têm sobre o sector agrícola, ainda não é claro que os biocombustíveis sejam rentáveis e eficientes do ponto de vista ambiental. Aliás, dependendo do processo e da tecnologia empregue no seu processamento, a produção de biocombustíveis líquidos pode produzir elevados níveis de emissões de CO₂, contrariando assim o primeiro propósito da sua produção.

Por outro lado, análises da FAO e do Banco Mundial demonstram que a produção de etanol nos EUA e de biodiesel na UE só é rentável devido à existência de subsídios de apoio à produção. Um estudo de 2007 do Food and Agriculture Policy Research Institute sugere que, sem acesso aos subsídios e sem medidas proteccionistas, a produção de etanol contrair-se-ia em 30% e a de biodiesel em 50%. Desta forma, o objectivo da UE de ter, até 2010, 5,75% do mercado de combustíveis abastecido por biodiesel, só será alcançado com recurso a subsídios de apoio à produção.

O Brasil tem sido o único país capaz de produzir etanol a partir da cana de açúcar sem recurso a subsídios estatais e de forma economicamente eficiente. Tal deve-se à existência de uma área muito extensa de terra arável, ao facto de conseguir produzir cana sem recurso à irrigação e, sobretudo, por ter crescido muito significativamente nos últimos anos o parque automóvel que consome os dois tipos de combustível ("flex-fuel vehicles"). A existência destes veículos indica que o consumo de etanol no Brasil deverá evoluir de acordo com a flutuação dos preços relativos dos combustíveis fósseis.

Do ponto de vista energético, os biocombustíveis parecem também não ser tão eficientes como se desejava. Actualmente, segundo dados da International Energy Agency, o potencial energético dos biocombustíveis líquidos em 2050 representará menos que as actuais necessidades energéticas do sector dos transportes.

O *paper* produzido pela FAO sobre *Bioenergy policy, markets and trade and food security* revela que em 2005 o etanol e o biodiesel responderam a apenas 1% da procura total de combustível por parte do sector dos transportes e a 1,7% em 2006.

Para aumentar as metas de abastecimento, seria necessário aumentar a extensão das áreas cultivadas, problema que se coloca também ao nível da produção agrícola para consumo humano, e é preciso contabilizar os impactos ambientais negativos que tal intensificação da exploração teria.

Neste quadro, o óleo de palma para produção de biodiesel é a matéria-prima mais eficiente (tem o maior *output* energético por hectare plantado), mas a sua produção – maioritariamente na América do Sul, África subsaariana, Indonésia e Malásia – levanta sérios problemas ambientais que se prendem com a desflorestação de áreas virgens.

A expansão das áreas de cultivo a custo da destruição da floresta tropical e de zonas húmidas, coloca em risco a biodiversidade das regiões produtoras. Este assunto tem vindo a tornar-se cada vez mais premente, pois uma redução da biodiversidade perante um cenário de alterações climáticas trará uma maior vulnerabilidade agro-climática a surtos de pestes e doenças. Associado a fenómenos climáticos extremos e ao aquecimento global, este factor pode ser de enorme risco para a produção agrícola e, consequentemente, para a segurança alimentar.

A esperança para a bioenergia parece residir nos biocombustíveis líquidos de segunda geração, produzidos a partir dos desperdícios de colheitas alimentares ou cultivados em solos pobres, a partir de plantas comuns, não produzidas para consumo alimentar.

Num quadro deste tipo, em que os biocombustíveis líquidos de primeira geração são substituídos quase totalmente, o *Energy Outlook* prevê um aumento de 3,3% do consumo de biocombustíveis no sector dos transportes em 2015 e de 5,9% em 2030. No caso de a produção se manter como está, o crescimento deverá ser mais modesto: 2,3% em 2015 e 3,2% em 2030.

Do ponto de vista do impacto social de uma aposta na produção de biocombustíveis líquidos, será necessário contabilizar as oportunidades e os riscos que isso representa para os pequenos agricultores, uma vez que até ao momento a produção

se revelou mais eficaz em explorações de grande dimensão.

Várias opções políticas estão agora em cima da mesa. Entre manter a mesma linha de evolução, e trabalhar na governação global para dar resposta a problemas também globais (embora a conferência organizada pela FAO tenha provado que será difícil chegar a algum tipo de consenso), o Relator Especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação veio apelar a uma moratória internacional de 5 anos, uma interrupção temporária da produção até que tecnologias mais eficientes e regulamentações mais concretas sejam postas em prática.

Esta não parece ser uma opção muito viável, tendo em conta que os dados estatísticos compilados pela FAO indicam que só o Brasil e os EUA são responsáveis pela produção de 80% do etanol total, sendo que este representa 90% dos biocombustíveis consumidos. Ao mesmo tempo, espera-se que a Índia e a China venham a ser responsáveis por cerca de 30 a 40% das necessidades energéticas globais em 2030, pelo que, sem recursos suficientes, dependerão do mercado internacional.

Alguns vêem neste facto uma janela de oportunidade para países sul americanos e africanos que, com terra arável e recursos hídricos ainda disponíveis, podem vir a tornar-se importantes produtores. Mas estas projecções não parecem contabilizar o efeito das alterações climáticas sobre o continente africano, que poderão condicionar mais ainda o acesso à água. A pressão sobre os recursos hídricos disponíveis no continente é já significativa, mesmo se uma parte continua por explorar, devido a falta de tecnologia apropriada nas zonas rurais. A verdade é que se prevê, num futuro próximo, que os conflitos motivados pelo acesso à água venham a ganhar peso, sobretudo na África Oriental.

Uma crise igual a tantas outras?

Considerando um intervalo de tempo alargado, a actual crise não pode ser considerada única ou novidade, mas tem características que a diferenciam das anteriores. Uma das novidades é o facto de a tónica ter sido colocada no conceito de *segurança alimentar*, e não no de fome, e particularmente na dimensão do acesso aos bens alimentares.

E isto aconteceu porque as próprias condicionantes da crise indicam que não houve uma quebra significativa na disponibilidade dos bens alimentares e que é muito provável que os preços altos venham a manter-se nos próximos anos, condicionados pelos mesmos factores de agravamento da especulação.

O aumento dos preços reflectiu-se em quase todas as categorias de produtos agrícolas e não apenas numa, reflectindo constrangimentos conjunturais que contribuíram para o aumento dos preços, em vez de uma baixa generalizada na produção.

Por outro lado, a volatilidade dos preços atingiu níveis muito mais elevados que no passado e, no entanto, por menos tempo, reflectindo que esta volatilidade é sobretudo afectada pela interacção cada vez mais evidente entre o mercado das matérias-primas agrícolas e outros mercados.

Mas, mais que a crise em si, são talvez as reacções ao problema que a tornam diferente. O Programa Alimentar Mundial (PAM) estima que 10% dos seus beneficiários sejam, actualmente, pobres urbanos. E de facto, um conjunto de factores levou ao crescimento significativo deste novo segmento populacional na maioria dos países em desenvolvimento. As populações urbanas, com um estilo de vida mais monetarizado, com menos terra disponível para produção doméstica e com (ainda que importantes) redes de solidariedade menos extensas, são das mais afectados pela inflação nos custos dos produtos alimentares. Por outro lado, o contexto urbano oferece mais oportunidades para contestar e exercer pressão política sobre as classes governantes. Ban Ki-moon avisou: “The hungry man is an angry man”.

Foi de facto o que aconteceu em mais de trinta países. Ao longo do primeiro semestre de 2008, as pessoas saíram à rua e manifestaram-se; houve levantamentos populares e conflitos violentos e os impressionantes números de descontentes forçaram muitos governos a assumir medidas de emergência no sentido de travar ou mitigar os efeitos dos aumentos dos preços.

Ao mesmo tempo, governos e organismos multilaterais perceberam que, tal como outras grandes questões que podem condicionar o desenvolvimento, as ameaças à segurança alimentar requerem uma resposta concertada e global. A interacção crescente entre mercados financeiros e os sectores produtivos, entre as políticas ambientais, comerciais e agrícolas introduzem constrangimentos e factores de desequilíbrio a que um país sozinho não consegue dar resposta.

Da reunião de Alto Nível promovida pela FAO não saíram mais que propostas consensuais e pouco inovadoras, e nenhum tipo de posição comum foi assumida relativamente ao papel crucial dos biocombustíveis na intersecção das preocupações de segurança energética, ambiental e alimentar.

Foi possível, contudo, notar uma relativa coesão dos países do sul e das economias emergentes em relação à produção de biocombustíveis, às políticas de alívio da pobreza e às negociações de Doha. E persistiu a ideia de que poderão ser estes os principais actores num futuro próximo, não só porque podem ser os mais aptos a encontrar as soluções para ultrapassar as fragilidades do sector agrícola nos PED, mas também porque – como revela o *Agricultural Outlook 2008-2017* produzido pela FAO e OCDE – poderão vir a ser os protagonistas do comércio mundial de bens alimentares nos próximos anos. ■



Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais
Largo de S. Sebastião, 8
1600-762 Lisboa
Telefone +351 21 030 67 00
Fax +351 21 759 39 83
Email ieei@ieei.pt

Para saber mais

Food and Agriculture Organization

www.fao.org

High-Level Conference on World Food Security

www.fao.org/foodclimate/hlc-home/en/

Rising food prices: Policy options and World Bank response

<http://siteresources.worldbank.org/NEWS/Resources/risingfo>